

## **E D I T A L**

### **DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO:**

### **TEORIA E PRÁTICA**

**Coordenador: Adilson José Moreira**

Este grupo de estudo examina os princípios constitucionais, os pressupostos teóricos, as bases legislativas, a tradição jurisprudencial, os métodos de interpretação e as diferentes áreas de uma disciplina jurídica que ainda precisa ser devidamente explorada no Brasil: o Direito Antidiscriminatório. Apesar das normas legais, do aparato teórico e das decisões judiciais destinadas à proteção de minorias, nosso sistema jurídico ainda carece de critérios que permitem uma compreensão sistemática dos muitos aspectos do princípio da não-discriminação. Esta realidade levanta uma série de problemas em função do grande número tanto de grupos vulneráveis, quanto de mecanismos que produzem essa vulnerabilidade. Muitos operadores do Direito não possuem elementos teóricos que permitem a identificação desses processos, nem dos meios necessários para que minorias possam ser devidamente protegidas. Essa área de estudos tem importância central para todas as outras disciplinas jurídicas, pois ela permite a análise de questões extremamente relevantes, tais como os diversos sentidos e as várias formas de interpretação da igualdade, as diferentes gerações de teorias de discriminação, os meios de operação de sistemas de estratificação social, as relações entre igualdade e democracia, entre igualdade e desenvolvimento, além dos princípios gerais a serem adotados por medidas destinadas à integração de grupos vulneráveis elaboradas por atores públicos e privados. Vemos, assim, que o estudo do Direito Antidiscriminatório possui importância considerável para todos os operadores do direito, pois todos eles se deparam com questões relacionadas com a compreensão da igualdade nas suas diferentes dimensões: como princípio de interpretação jurídica, como

parâmetro de políticas públicas, como meio de legitimação democrática, como critério de justiça social e como preceito ético para as relações interpessoais no espaço público e privado.

Este grupo está aberto a alunas e alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Haverá preferência para aqueles e aquelas que já tenham cursado as disciplinas de Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. As reuniões ocorrerão nas terças-feiras, das 17 às 18:30 hs. O grupo terá um máximo de máximo de quinze pessoas. As candidatas e os candidatos deverão se comprometer a comparecer a 75% dos encontros, condição para que tenham horas creditadas no final do semestre letivo. Eles também deverão produzir um artigo de 25 a 30 páginas no final do primeiro ano de trabalho. Cinco vagas serão reservadas para membros de grupos minoritários que estejam desenvolvendo pesquisas na área de direitos de minorias. Os que quiserem se candidatar a essa reserva de vagas deverão passar por uma entrevista com o coordenador do grupo. Os alunos e alunas interessadas neste grupo de estudos deverão submeter as seguintes informações por email:

1 - Uma carta de apresentação explicando a importância da participação no grupo para o desenvolvimento de pesquisas, para a atuação como profissional ou para a atuação como social;

2 - Histórico escolar;

3 - Possíveis projetos de pesquisa que estejam desenvolvendo na área de Direito Constitucional, Direito Penal, Direitos Humanos ou em outras áreas que envolvam direitos de minorias;

4 - Indicação de que quer se candidatar às vagas reservadas para grupos de minorias.

Estas informações deverão ser enviadas para o email [7001790@mackenzie.br](mailto:7001790@mackenzie.br) até o dia 18/02. As atividades do grupo terão início na primeira semana de março

## Programa

### 1 - Direito Antidiscriminatório

#### 1.1 - Bases constitucionais

#### 1.2 - Bases teóricas

#### 1.3 - Bases jurisprudenciais

### 2 - Teorias jurídicas de igualdade

#### 2.1 - Teorias políticas de igualdade

#### 2.2 - Teorias morais de igualdade

#### 2.3 - Teorias econômicas da igualdade

### 3 - Teorias de interpretação da igualdade

#### 3.1 - Teorias processuais de interpretação da igualdade

#### 3.2 - Teorias emancipatórias de interpretação da igualdade

#### 3.3 - Métodos tradicionais de interpretação da igualdade

##### 3.3.1 - Razoabilidade

##### 3.3.2 - Proporcionalidade

##### 3.3.3 - Ponderação

### 4 - Teorias de Discriminação

4.1 - Discriminação Direta

4.2 - Discriminação Indireta

4.3 - Discriminação Institucional

4.4 - Discriminação Estrutural

4.5 - Discriminação Interseccional

4.6 - Discriminação Intergeracional

4.7 - Discriminação Genética

4.8 - Discriminação e Inteligência Artificial

5 - Operação e dinâmica de sistemas de opressão social

5.1 - Racismo

5.2 - Sexismo

5.3 - Capacitismo

5.4 - Outros grupos vulneráveis

10 - Análise da jurisprudência sobre grupos vulneráveis

10.1 - Razoabilidade, proporcionalidade e ponderação

10.2 - Antidiscriminação e antissubordinação

10.3 - A jurisprudência brasileira sobre racismo, sexismo e outras discriminações

10.4 - A jurisprudência americana sobre racismo, sexismo e outras discriminações

11 - Direito Antidiscriminatório e Políticas Públicas

11.1 - Políticas públicas e teorias da Igualdade

11.2 - Políticas Públicas e teorias de discriminação

11.3 - Interseccionalidade, multidimensionalidade e políticas públicas

11.4 - Políticas públicas e empoderamento

12 - Setor Privado e Programas de Inclusão

12.1 - Governança corporativa e responsabilidade social

12.2 - Discriminação e compliance

13 - Direito Antidiscriminatório e Direito ao Desenvolvimento

13.1 - Direito ao desenvolvimento e discriminação estrutural

13.2 - Direito ao desenvolvimento e discriminação intergeracional

13.3 - Direito ao desenvolvimento e políticas públicas